



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS

Dayana Cury Rolim¹

Resumo

O presente artigo é parte de uma discussão realizada na tese de doutorado defendida em dezembro de 2017 que discute sobre pobreza e vulnerabilidade social no município de Parintins no Baixo Amazonas no estado do Amazonas. Trata-se de uma pesquisa quantiqualitativa realizada em um bairro e em uma comunidade rural do município, onde foram entrevistadas 30 famílias durante o processo investigativo. Compreende-se que a produção de conhecimento sobre a pobreza e vulnerabilidade é indispensável para desenhar e definir as políticas públicas de forma eficaz, para promover a inclusão social da população que não usufrui da riqueza socialmente produzida, mas apenas experimenta o lado amargo do sistema capitalista.

Palavras-chave: Pobreza; Vulnerabilidade Social; Baixo Amazonas.

Poverty and social vulnerability in the Lower Amazon

Abstract

This article is part of a discussion held in the doctoral thesis defended in December 2017 that discusses poverty and social vulnerability in the municipality of Parintins in the Lower Amazon region of the state of Amazonas. This is a quantitative research carried out in a neighborhood and in a rural community of the municipality, where 30 subjects were interviewed during the investigative process. It is understood that the production of knowledge about poverty and vulnerability is indispensable to design and define public policies effectively, to promote the social inclusion of the population that does not enjoy the socially produced wealth, but only experiences the bitter side of the capitalist system.

Keywords: Poverty; Social vulnerability; Low Amazon.

1. Introdução

Pobreza e vulnerabilidade social têm raízes na própria natureza da produção capitalista que objetiva a acumulação de capital via exploração do trabalho. “Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital” (NETTO, 2008, p.135).

Por isso, torna-se indispensável a produção de conhecimento sobre a pobreza e vulnerabilidade para desenhar e definir as políticas públicas de forma eficaz, para

¹ Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e professora do colegiado de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: <dayanarolim@ufam.edu.br>.

promover a inclusão social da população que não usufrui da riqueza socialmente produzida, mas apenas experimenta o lado amargo do sistema capitalista, que de forma concomitante acumula riqueza e produz pobreza em um cenário de exploração, expropriação, exclusão, dentre outros.

Frente a essas determinações capitalistas, a relação da pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais pode ser associada a um quadro amplo que envolve múltiplos condicionantes e não somente necessidades sociais não satisfeitas, voltadas apenas para uma análise econômica. Os condicionantes envolvem uma análise multidimensional e multifacetada, que requer uma compreensão para além da dimensão apenas econômica e material.

Pobreza e vulnerabilidade não são inerentes às pessoas ou grupos, mas podem ser compreendidas como condição, ou circunstâncias, fruto das contradições das sociedades capitalistas. Por isso, podem ser minimizadas ou revertidas, contudo, caso não haja a devida proteção aos cidadãos, pobreza e vulnerabilidade se inter cruzam frente às transformações societárias, que desencadeiam mudanças na vida privada e acentuam fragilidades e contradições.

Pobres e vulneráveis não são necessariamente os mesmos. “Nem todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade são pobres – situados abaixo de alguma linha monetária de pobreza” (BRONZO, 2009, p.172).

Considera-se que a pobreza agrava as vulnerabilidades, mas isso não quer dizer que essas expressões da questão social existam por causa da pobreza. Portanto, diferenciar os tais conceitos, identificá-las e prover serviços adequados se faz necessário para alcançar a efetividade dos serviços socioassistenciais ofertados à população.

2 Concepções de pobreza e vulnerabilidades sociais

A concepção de pobreza já apresentou diversos significados a depender do momento histórico. Na Idade Média, a pobreza era caracterizada pela falta de determinação e incapacidade para trabalhar ou de escolha divina, ficando o cuidado aos pobres sob a responsabilidade da igreja.

No capitalismo concorrencial as concepções hegemônicas de pobreza eram baseadas na lógica da “cultura da pobreza”, onde a pobreza e as condições de vida dos

pobres eram tidas como produto e responsabilidade de limites culturais de cada indivíduo, efetivando-se, assim, a filantropia (MONTAÑO, 2012).

Nesse período do capitalismo concorrencial ocorreu a criminalização da pobreza enfrentada com repressão, houve a separação entre os pobres que viviam a mendicância sendo objetos de ações assistenciais e os trabalhadores que recebiam serviços de saúde e Previdência Social. As expressões da Questão Social não eram reconhecidas, sendo consideradas como produtos do comportamento de cada indivíduo e não como resultado da exploração econômica.

No contexto do capitalismo monopolista, a concepção de pobreza deixou de ser oriunda do indivíduo, destacando-se as políticas sociais. Desse modo, “o tratamento da questão social e o combate à pobreza se determina como um processo de redistribuição. Trata-se de garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso a bens e serviços por parte da população” (MONTAÑO, 2012, p.276).

Souza (2009) em sua obra sobre a *ralé brasileira* revela que para a ideologia dominante os mais pobres e oprimidos são assim por sua própria culpa e preguiça, fazendo com que a *ralé* estrutural brasileira seja uma classe desprezada e não reconhecida.

A “*ralé*” da qual fala o autor que foi se constituindo no Brasil, representa um dos aspectos essenciais do processo de reprodução do padrão de acumulação capitalista periférico, organizado em torno da relação entre o desenvolvimento capitalista e a super exploração do trabalho.

Para Souza a típica família da “*ralé*” apresenta traços marcantes de “desestruturação familiar”, que um primeiro traço evidente dessa desestruturação é caracterizada pelo abuso afetivo, sendo uma das formas mais impactantes e frequentes de abuso encontrados na família da *ralé*, revela-se no abuso sexual dos pais em relação às filhas e até aos filhos, e dos mais “velhos” em geral, em relação aos mais “novos”.

O autor observou certa “naturalização” desse tipo de comportamento na “*ralé*” quando se inclui justificativa dos próprios pais para o fato, alegando que não vão criar filhas mulheres para outros homens se “aproveitarem”, embora a regra seja o silêncio conivente desse tipo de comportamento.

A família caracterizada por Souza indica um perfil de pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais, conceitos que devem ser problematizados e aprofundados o seu conhecimento.

Falar sobre a pobreza como expressão da questão social na sociedade brasileira requer contextualizá-la a partir das contradições do capitalismo que contribuiu para a formação de uma “subcidadania” nos países periféricos, isso designa que ela tenha uma abrangência em seu conceito.

Essa abrangência do conceito da pobreza pode ser notada na sociedade contemporânea a partir das diferentes concepções. Na realidade brasileira, sob muitos olhares conservadores, uma das concepções ainda perpassa pela culpabilização ou naturalização, trazendo à tona a discussão da “cultura da pobreza”, ou seja, as condições de vida dos pobres são tidas como produto e responsabilidade de limites culturais de cada indivíduo e não como produto histórico da relação de exploração e acumulação do sistema capitalista.

A Organização Internacional do Trabalho- OIT (2003, p.02) considera que os pobres não são causadores da pobreza, e sim que “a pobreza é resultado de falhas estruturais e de sistemas econômicos e sociais ineficazes. É o fruto de respostas políticas inadequadas, de políticas muito pouco imaginativas e de apoio internacional insuficiente”.

Rocha (2006) em seus estudos sobre a pobreza relata que definir o conceito de pobreza e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Contudo, o principal objetivo quando se trata de pobreza é o desenho e a operacionalização de instrumentos de política social, para tanto a obtenção de bons resultados operacionais depende em grande parte do bom senso inicial ao definir o que é pobreza, conceitual e estatisticamente.

Santos (2013, p.18) no mesmo direcionamento que Rocha elucida que “a pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada”. É um fenômeno que atinge todos os países, embora em particular atinja de forma mais profunda os países em desenvolvimento, há, na verdade, diferentes tipos de pobreza.

Portanto, para os autores supracitados o ônus da pobreza não se distribui equitativamente entre os países em desenvolvimento nem entre as regiões desses países, compreendendo-se que a definição de pobreza deve situar o homem na sociedade global à qual pertence.

Para Destremau e Salama (1999) nos países em via de desenvolvimento, a pobreza é fruto de vários arranjos que em seu processo histórico enraizou perversas estruturas sociais, econômicas e políticas. O autor prossegue nas suas análises destacando que o nível de vida dos pobres nos países desenvolvidos, mesmo sendo muito baixo, é superior aos dos pobres em países em desenvolvimento; assim, no conjunto das nações, a pobreza se encontra, em sua maioria, nestes países.

Diante destas contextualizações, Salama e Destremau (1999); Paugam (2003); Rocha (2006); Sen (2010) Santos (2013) apontam que o conceito de pobreza não pode ser definido de forma única e universal, contudo, a abordagem tradicional mais conhecida e mais simples de defini-la está fortemente associada à ideia de privação sob um viés unidimensional com enfoque monetário. Destacam ainda que a pobreza é, por natureza, multidimensional e que a abordagem deve ser estendida às necessidades básicas, satisfeitas ou não, e aos aspectos também não monetários, resultantes das contradições do sistema capitalista.

Os autores deixam claro que não se pode limitar a pobreza apenas no campo monetário, ainda que a baixa renda seja uma das causas de intensificação da pobreza, o que leva a privação, mas pode haver a articulação do campo monetário às demais dimensões favorecendo uma visão multidimensional.

Acredita-se que a renda apesar de ser crucial e central na sociedade capitalista é insuficiente para caracterizar a pobreza, que além de sua condição econômica, também deve ser compreendida como um processo que envolve dimensões políticas, sociais e um modo de vida como um todo. Martins (1991) em suas reflexões caracteriza a pobreza como uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (p.15) ampliando o conceito para além da dimensão econômica.

Essa face da pobreza não se traduz pela falta de renda, alimentação e habitação, mas pela falta mesmo de oportunidade, de informação, de possibilidade, e muitas vezes de esperança, em que o sujeito que está à deriva de seus direitos e subalterno as condições que o sistema capitalista lhe impõe, não consegue ter esperança de superação de sua condição, mesmo que tenha potencialidades, falta-lhe oportunidade e possibilidade para se ter a esperança.

Outro debate que vai além da insuficiência de renda está nas análises de Sen² (2010) para quem a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, ou seja, a pobreza não pode ser vista apenas como baixo nível de renda, mas também como incapacidade para aquisição de um padrão de bem-estar. Todavia, o mesmo ainda explicita que a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Contudo, o baixo nível de renda e a incapacidade para aquisição de um padrão de bem-estar estão vinculados, pois em um primeiro pensamento, a renda seria um meio importantíssimo de obter capacidades, que a partir desta, a tendência seria o aumento do potencial para auferir renda.

Para Sen (2010) essa noção também pode ser invertida, podem-se aumentar as capacidades para que uma pessoa possa ter oportunidade de auferir mais renda, e não aumentar a renda para que a pessoa possa ter mais capacidades. Sob essa lógica, aponta que além das transferências de renda, as políticas públicas deveriam priorizar a melhoria dos serviços públicos.

Tendo em vista as variadas definições de pobreza adotadas no mundo contemporâneo, partimos do entendimento de que a pobreza é condição estrutural à sociedade capitalista, fruto da destituição e privação produzida e reproduzida por relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, dimensões que vão além da renda ou da falta de qualificação, de oportunidades e da falta de capacidades que os indivíduos possam apresentar ao longo de sua trajetória de vida. Ela se situa em uma relação em que o capitalista desconhece o trabalhador como portador de direitos e o tem apenas, como produto de exploração.

Após essas contextualizações sobre as diferentes visões da pobreza, cumpre sinalizarmos a visão sobre a pobreza dos sujeitos da pesquisa no município de Parintins/Am no Baixo Amazonas (*locus* da pesquisa).

Assim, quando questionados, os sujeitos da pesquisa apresentaram a seguinte compreensão sobre a pobreza:

² Amartya Sen é economista indiano, estudioso do desenvolvimento humano e do bem-estar social, foi laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1998 por seus estudos sobre a fome e pobreza. Foi um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano em 1993 (SUPLICY, 2006).

Ser pobre é a pessoa que não quer trabalhar, fica acomodada, nós seres humanos temos capacidades para fazer muitas coisas e vive na pobreza quem não quer fazer nada (Sujeito da Pesquisa A).

(...) Falta de emprego, falta de dinheiro, falta de saúde, falta de escola, falta de assistência, falta até esperança de continuar a lutar...tudo isso é pobreza (Sujeito da Pesquisa B).

Pobreza é como eu vivo, mas eu aceito porque Deus me deixou assim, eu tenho só uma geladeira velha, um fogão e um lugarzinho pra dormir (Sujeito da Pesquisa C).

É quando a gente não tem nada, não tem de onde tirar, nem com quem contar, a gente que recebe pelo menos um tantinho do bolsa família não pode ser considerado tão pobrezinho igual àquele que não tem nada (Sujeito da Pesquisa D).

A gente vive na pobreza porque temos uma política brasileira corrupta que não dá pra gente o que é da gente ao contrário, eles tiram os nossos direitos (...) (Sujeito da Pesquisa E)

As percepções são diversificadas e apontam desde resignação e inconformismo, elucidando o confronto entre a aceitação e a negação das condições de vida, resultante de um processo injusto e desigual frente à riqueza socialmente produzida.

O relato do Sujeito da Pesquisa “A” expressa a concepção de cultura da pobreza, situada por Montaño (2012) como a lógica burguesa onde a pobreza e as condições de vida dos pobres são tidas como produto e responsabilidade de limites culturais de cada indivíduo.

Quando o sujeito da pesquisa afirma que “é pobre quem não quer trabalhar” responsabiliza o indivíduo pela condição vivida, deixando de enxergar a pobreza como fruto de uma sociedade desigual capitalista.

Em uma lógica mais abrangente algumas famílias relataram que sentiam a pobreza não apenas como a carência de renda ou de recursos materiais, mas sinalizaram a carência de direitos e políticas públicas, conforme relato dos sujeitos da pesquisa “B” e “E”. Estes relatos apontaram uma visão da pobreza expressando também inconformismo e indignação.

A visão de que a pobreza é uma condição dada por Deus, ou seja, uma escolha divina, também fez parte do relato do Sujeito da Pesquisa “C”, indicando o conformismo com a sua condição de pobreza e que só Deus poderá tirá-la dessa situação.

Dentre as entrevistadas, também houve a ocorrência da visão monetária da pobreza (sujeito da pesquisa D), a qual é analisada por Salama e Destremau (1999)

como a abordagem tradicional mais conhecida e mais simples de definir a pobreza, ou seja, através da renda, com a ideia de privação, situações de carência, em um viés unidimensional.

As falas das famílias que apontam um conformismo em relação à situação de pobreza, leva ao entendimento de que muitos indivíduos tendem a se tornar subalternos diante da carência de direitos, da falta de oportunidades e possibilidades, perdendo assim, a esperança de reverter a sua situação. São falas que sinalizam uma vida marcada pela precariedade e escassez.

Ao considerar que a pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada por muitas famílias, pode-se afirmar que se a vulnerabilidade não for compreendida e enfrentada, tenderá a gerar ciclos intergeracionais chegando a tornar-se uma situação de risco.

Assim como a pobreza, a vulnerabilidade vai além da insuficiência de renda, envolve dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais, organizacionais, institucionais e que resulta de uma série de fatores³ e características de fragilidade da população que vive em um determinado território.

A PNAS (2004) discorre que as transformações econômicas e sociais ocorridas na sociedade contemporânea, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários, tornando as famílias mais vulneráveis.

As transformações econômicas e sociais, em curso alimentadas pelo impacto da mundialização do capital, estão cada vez mais fortes e difusas, a precarização do trabalho e o desemprego podem ser sentidos por todo o mundo, sendo que nos países em desenvolvimento ocorrem mais facilmente, principalmente quando se analisa a exclusão dos direitos legais de grande parte dos trabalhadores.

Diante destas transformações societária, o tema da vulnerabilidade social ganha destaque, conforme Monteiro (2011, p. 31):

O tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo

³ A conjugação de fatores que favorece a sua análise pode ser compreendida como: características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos, insuficiência de renda, deficiência da oferta de serviços públicos ou falta de acesso aos bens e serviços públicos que podem colocar indivíduos ou grupos em situação de risco.

conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo dos anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

Monteiro ainda afirma que a partir dos anos de 1990, com a intensificação do ideário neoliberal no cenário brasileiro, o termo vulnerabilidade passou a ser utilizado com mais frequência, principalmente pelos Organismos Internacionais, ampliando e intensificando o debate em torno desta expressão da Questão Social.

O PNUD (2014, p.31) esclarece que,

A vulnerabilidade, enquanto conceito pode parecer excessivamente árida e abstrata. Afinal, a maioria das pessoas e das sociedades em diferentes níveis de desenvolvimento é vulnerável em muitos aspetos a eventos e circunstâncias adversas, alguns dos quais não podem ser antecipados ou evitados. Hoje em dia, algumas fragilidades econômicas minam o contrato social, mesmo em sociedades industrializadas avançadas, e nenhum país ou comunidade está imune aos efeitos a longo prazo das alterações climáticas. Todavia, a vulnerabilidade enquanto conceito pode tornar-se menos abstrata quando a análise recai sobre quem é vulnerável, a que é vulnerável e porquê.

Há vários tipos de vulnerabilidades nos diferentes ciclos de vida e situações, que podem atingir qualquer pessoa na sociedade independente da renda, mas a concomitância das diferentes vulnerabilidades pode reforçar os fenômenos de privação persistente. As pessoas em condição de pobreza e privação extrema integram o núcleo dos mais vulneráveis.

Yazbek (2001) argumenta que os vulneráveis são as pessoas ou grupos que, por condições sociais, de classe, cultura, étnica, política, econômica, educacional e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida.

A PNAS (2004) expressa que seu público é formado por “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (p.34), destinando a proteção social básica à população que vive em situação de vulnerabilidade social. Portanto, a categoria “vulnerabilidade” está presente em todo o texto dessa política, orientando as ações socioassistenciais.

Contudo, a Política Nacional de Assistência Social não traz de forma explícita o conceito de vulnerabilidade social, mas aponta que as situações de vulnerabilidades podem decorrer da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, calamidade, fragilização dos vínculos afetivos e de pertencimento

social decorrentes de discriminação etária, étnicas, de gênero, dentre outros (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012).

Já as Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012) indicam que não há um significado único para o termo vulnerabilidade, pois é um conceito complexo e todos os autores que se dedicam ao tema, o reconhecem como multifacetado. Portanto, com o intuito de subsidiar a reflexão sobre a vulnerabilidade adotado pela PNAS/2004, este documento adota como referência as considerações de autores como Kaztman (2010), DIEESE/Unicamp (2007), Marandola jr e Hogan (2006).

Kaztman (2010) entende por vulnerabilidade social as limitações de uma pessoa ou de um lugar para aproveitar as oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar a sua situação de bem-estar.

No Convênio MTE-DIEESE/Unicamp (2007) o conceito de vulnerabilidade social relaciona-se ao mundo do trabalho, tendo em vista as transformações estruturais do setor produtivo que caracterizam situações de precarização do mercado do trabalho, das relações de trabalho e a falta de proteção social. Passa-se a existir, então, uma “zona de vulnerabilidade, formada seja por setores pobres, que buscam alternativas para estarem incluídos ou por setores médios empobrecidos que tem perdido canais de inclusão” (p.13).

Esse documento também se baseia nas formulações de Katzman para quem “as situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas a partir da existência ou não, por parte dos indivíduos ou das famílias, de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco” (DIEESE, 2007, p.14).

Outra visão a destacar sobre a vulnerabilidade social é a de Marandola Jr e Hogan (2006), que ao discutir sobre as dimensões da vulnerabilidade analisam que esta é um fenômeno expressivo da modernidade tardia e, que o diálogo interdisciplinar é o caminho para a reflexão sobre as suas dimensões, desse modo, apontam “o reconhecimento de que a vulnerabilidade envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional e multifacetada” (p.35) que torna imperativo um diálogo mais abrangente diante do tema.

Para os autores supracitados, a vulnerabilidade é extremamente dinâmica e pode apresentar sazonalidades até em pequena escala temporal, pois a avaliação da vulnerabilidade passa pela compreensão do perigo envolvido, do contexto geográfico e da produção social (relações sociais, culturais, econômicas e a situação das instituições)

que revelarão a capacidade de resposta que a sociedade ou o local possui para enfrentar o perigo.

3 Famílias em condições de pobreza e vulnerabilidades sociais no município de Parintins/Am no Baixo Amazonas

A família é uma instituição historicamente permanente onde se pode encontrar em todos os grupos sociais, portanto, partimos da concepção de Szymanski (2002) que denomina a família como uma associação de pessoas que assumem um compromisso de cuidado mútuo, levando em consideração fortes laços de afetividade por rede de parentesco ou não.

O compromisso de cuidado mútuo pode ser visualizado mais facilmente nas famílias extensas, onde a “solidariedade é marcada pela panela, pelo fato de um grupo sobreviver em torno do mesmo fogão de cozinha” (DOWBOR, 2008, p.293).

Nas famílias pobres numerosas a reprodução de gerações se constrói através desses laços de solidariedade. A pesquisa apontou que em algumas famílias intergeracionais, esses laços são bem evidentes, o cuidado mútuo gira em torno de todos os membros.

As políticas de proteção voltadas para as famílias na Amazônia constituíram-se ao longo da história em construções teóricas, distantes da realidade regional, tão pouco se aproximando da diversidade de características locais.

Na pesquisa realizada em um bairro e em uma comunidade no município de Parintins, constatou-se famílias extensas em sua grande maioria com três gerações, apenas uma residência com quatro gerações.

De acordo com Maciel (1999), a composição das famílias na região norte possui geralmente uma razão de 4 membros por família (acima da média nacional que é de 3,6), onde se tende a concluir que em uma família amazônica, devido a razão de dependência, somente 1 membro contribui para a sobrevivência do grupo familiar, na medida em que os outros estão na faixa considerada inativa.

Dentre os membros das famílias, tanto no bairro, quanto na comunidade, há a presença de crianças, que são consideradas juntamente com os idosos e mulheres grávidas, grupos vulneráveis e que requerem maior atenção.

Os dados da UNICEF (2004, p.10) sobre a criança na região norte apontam que:

No ano de 2000 viviam na região norte 2,3 milhões de crianças com menos de sete anos de idade, que correspondiam 19% da população total. Em média 75% das residências da região tinha uma criança nessa faixa etária. Para o Brasil, de modo geral, essas duas proporções são significativamente menores (14% e 51%, respectivamente). Isso ocorre porque a taxa de fecundidade do Brasil, no seu conjunto, é historicamente inferior a taxa de fecundidade prevalente na Região Norte.

Outra particularidade apontada pela UNICEF é que as crianças da região Norte e suas famílias vivem em uma área geográfica extensa e ainda pouco povoada, se comparada ao restante do país, apesar da Amazônia ter passado nas últimas três décadas por um rápido e intenso processo de povoamento e de urbanização.

Ao analisar o perfil das famílias quanto a qualificação e escolaridade, observou-se que os adultos das famílias do bairro e da comunidade possuem baixa escolaridade, em sua grande maioria com ensino fundamental incompleto e poucos com ensino médio completo, principalmente na comunidade.

Percebe-se, que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, principalmente no que tange à qualificação profissional, o aumento da escolaridade e qualificação dos trabalhadores são requisitos cruciais.

É fato que as inovações tecnológicas e organizacionais vêm demandando um perfil de força de trabalho mais qualificado e na atual conjuntura verifica-se que até mesmo muitos trabalhadores qualificados ou requalificados não conseguem inserção e/ou manutenção no mercado formal de trabalho.

Quando o trabalhador de baixa qualificação é admitido em uma empresa, são em precárias condições de trabalho, com remunerações baixas e muitas vezes sem vínculo empregatício.

Pode-se corroborar que as transformações no mercado de trabalho na contemporaneidade estão na lógica do capital, sendo visíveis muitas famílias em acelerado processo de empobrecimento, assim como, têm sido alteradas profundamente sua estrutura, seu sistema de relações, papéis e formas de reprodução social.

O IBGE (2010) aponta que as despesas com a alimentação e a habitação (água, luz, aluguel) consomem grande parte da renda das famílias pobres. Os gastos com saúde consomem um percentual maior da despesa da classe mais alta que gastam mais com

plano de saúde e tratamento dentário, enquanto as famílias de renda mais baixa reservam um percentual maior para remédios.

As famílias entrevistadas do bairro têm sua despesa maior justamente com energia elétrica, a água em muitas casas é taxada por um baixo valor. As famílias que alegaram ter uma despesa maior com energia elétrica não tinham o conhecimento de que podem ser beneficiadas com descontos por serem beneficiários do Programa Bolsa Família, faltam-lhes informações. A segunda maior despesa revelada pelas famílias diz respeito a alimentação.

Diante das despesas apresentadas pelas famílias entrevistadas, tornou-se essencial desvelarmos o rendimento mensal dessas famílias do bairro e da comunidade. Os dados relevam que grande parte dessas famílias, tanto do bairro como da comunidade sobrevivem com uma renda per capita menor que um salário mínimo, indicando uma fragilidade social que se intensifica, sobretudo nas famílias extensas.

Grande percentual das famílias do bairro e da comunidade sobrevive com menos de um salário mínimo, principalmente as famílias extensas compostas por crianças e adolescentes que não podem contribuir com a renda familiar. Desse modo, o impacto da baixa renda é sentido por todos na família.

Para Alencar (2004) as condições de vida dos membros das famílias dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, pois é no seu interior que se articulam um conjunto de estratégias para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho.

Seus membros partilham da remuneração da atividade econômica para a satisfação de suas necessidades básicas, coloca-se, então, uma distinção entre provedores e consumidores que partilham da mesma moradia, alimentação e de outros indicadores mais estritos e individuais.

Tanto no bairro, como na comunidade as casas situam-se em terra firme, mas com particularidades diferenciadas, pois enquanto no bairro havia grande parte das casas em áreas baixas e que sofrem com a interferência das épocas de cheia com construções adaptadas para esse período, na comunidade as casas situam-se em terra firme e que não sofrem com alagações. Apenas duas casas que ficam à margem do Rio Amazonas ficam beiradas pela água na cheia dos rios, mas não chegam a alagar.

Esses dados apresentados sobre as famílias apontam vulnerabilidades que muitas vezes se apresentam aparentemente iguais na área urbana e rural, mas que são

intensificadas pelas próprias particularidades do território, principalmente quando se refere a questão do acesso a diversos direitos das famílias da área rural e ribeirinha.

4 Considerações finais

Os municípios dos estados da região Amazônica, principalmente os mais longínquos, são os que mais sofrem com as precárias condições de infraestrutura e de desenvolvimento, que impactam diretamente às condições de vida da população, os quais apresentam os piores indicadores sociais.

O Baixo Amazonas apresenta particularidades que tornam difícil o acesso às comunidades rurais e ribeirinhas que convivem em condições precárias de existência, sem documentação civil, sem acesso à escola, às instituições de saúde, programas sociais, dentre outros. O rio comanda a vida de muitos povos da região, elemento que deve ser levado em consideração na elaboração de políticas públicas.

A desigualdade e os processos de exclusão, inerentes ao desenvolvimento capitalista, fragilizam as condições de proteção social e fazem surgir novas vulnerabilidades. Portanto, necessita-se de políticas públicas eficazes que se direcionem à justiça social, além de firmar compromisso com as especificidades da região amazônica e não apenas uma tentativa de resolver as desigualdades sociais com políticas compensatórias.

Olhar, pesquisar e refletir sobre a Amazônia é investir em seu futuro, é pensar em condições que possibilitem caminhos que possam contribuir para um melhor desenvolvimento da Amazônia, e assim, enfrentar as expressões da questão social e os dilemas e desafios que se projetam sobre a região frente à crise do mundo globalizado.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Fome. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. 1. ed. Brasília, 2012. (Orientações Técnicas v. 1).

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004. (versão oficial).

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: CONCEPÇÃO e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, junho de 2009.

Convênio MTE-DIEESE. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Campinas: Unicamp, 2007.

DESTREMAU, Blandine; SALAMA, Pierre. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. In: FAMÍLIA, redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2008.

KAZTMAN, Ruben. **Notas sobre a medida da vulnerabilidade social**. CEPAL, 2010.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A Família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. **Serviço Social & Sociedade**: Famílias, n. 71, 2002.

MARANDOLA JR. Eduardo, HOGAN, Daniel Joseph. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n.1, p.33-43, jan./mar.2006.

MARTINS, José de Souza. **O Massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Se. Soc. Soc.**, São Paulo, n.110, p.270-287, abr.jun.2012.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O Marco conceitual da Vulnerabilidade. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul. /dez. 2011.

NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Relatório Global**: Discriminação no Trabalho: A Hora para Igualdade no Trabalho. Relatório Global 2003- suplemento Nacional. Genève, 2003.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. Trad. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**: sustentar o progresso humano, reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3.ed. 1. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Colaboradores André Grillo ... [et al.] . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo. **Serviço Social e Sociedade: Famílias**, São Paulo: Cortez, ano 22, n. 71, set. 2002.

UNICEF. **Ser criança na Amazônia: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil**. Fundação Joaquim Nabuco, Belém-PA, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão**. Expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.